

O GÊNERO CONSTRUÍDO: A INFLUÊNCIA DO CONCEITO NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE EM *DUAS IGUAIS*

Ana Luiza Nunes Almeida¹

Resumo: O presente artigo visa entender a construção de gênero na literatura homoerótica. Para tanto, será analisada a novela *Duas Iguais* (1998), de Cintia Moscovich, afim de refletir a influência da constituição gendérica na elaboração identitária das personagens centrais. Dessa forma, como forma de elucidar essa questão, será discutida a teoria proposta acerca dessa temática e a forma como ela é discutida na narrativa literária.

Palavras-chave: Gênero; literatura homoerótica; heteronormatividade; identidade; *Duas Iguais*.

Abstract: This article aims to understand the construction of gender on the homoerotic literature. To do so, it will be analyze Cintia Moscovich short novel, *Duas Iguais* (1998), in order to think over the influence of construction of gender on the identity formulation on the main characters. Thou, to elucidate this question, it will be discussed the proposed theory about this thematic and the way she is discussed on the literary narrative.

Keywords: Gender; homoerotic literature; heteronormativity; identity; *Duas Iguais*.

Penso que a ideia de que alguém 'se torna' uma mulher é importante, abrindo a possibilidade de se tornar algo diferente de uma mulher, talvez um homem, ou talvez algo que exija outra forma de prática de nomeação.²
(Judith Butler)

1 Programa de Pós-graduação em Letras. Área de Estudos de literatura. Linha de pesquisa de Teoria, crítica e comparatismo. UFRGS.

2 Trecho extraído de uma entrevista concedida à Carla Rodrigues, da Revista CULT, na edição 186, ano 16, novembro de 2013.

Os padrões heteronormativos que ainda regem a sociedade contemporânea estabelecem o conceito de gênero a partir do binarismo entre masculino e feminino, o qual é entendido, também, seguindo a relação binária de homem e mulher, associada ao sexo. O conceito de gênero é, portanto, construído socialmente e define os papéis sociais que os indivíduos devem exercer, excluindo qualquer outra manifestação que fuja de tais modelos e ignorando que possam existir sujeitos que, em suas práticas sociais, não se adéquem a tal imposição.

Na perspectiva de Judith Butler (2013), além do gênero, o entendimento acerca do sexo também deriva de uma construção social, pois “supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de ‘homens’ aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos” (BUTLER, 2013, p. 24). A cultura, segundo Butler, determina e condiciona tanto a definição de sexo, quanto a de gênero; e, assim, ambos conceitos podem ser livres ou fixos, já que dependem dos discursos que os legitimam, ou seja, a sua construção é determinada a partir de fatores culturais e não biológicos.

Desse modo, os conceitos de sexo e de gênero contribuem para a construção de identidade, visto que já condicionam o indivíduo a seguir um modelo preestabelecido e segregam àqueles que transgridem a norma. Assim, na perspectiva de um discurso heteronormativo, o qual conserva e dissemina os estereótipos criados pela sociedade, a representação de um pensamento que destoia dos padrões vigentes é tida como subversiva. Sob esse enfoque, a homossexualidade é entendida como uma subversão aos padrões heteroculturais que norteiam a sociedade porque dissolve os binarismos impostos e desestabiliza o sistema patriarcal vigente na sociedade.

Sobre essa questão, Bourdieu (2005) reflete:

Ela [a história] deveria empenhar-se particularmente em descrever e analisar a (re)construção social, sempre recomeçada, dos princípios de visão e de divisão geradores dos “gêneros” e, mais amplamente, das diferentes categorias de práticas sexuais (sobretudo heterossexuais e homossexuais), sendo a própria heterossexualidade construída socialmente e socialmente constituída como padrão universal de toda prática sexual “normal”, isto é, distanciada da ignomínia da “contranaturalidade”. (BOURDIEU, 2005, p. 102)

A oposição binária, constituída socialmente, é arbitrária e hierarquizante, privilegiando o homem/masculino e, por conseguinte, subordinando a mulher/feminino, além de excluir o/a homossexual. A invisibilidade conferida à homossexualidade pode ser percebida, portanto, a partir dos discursos moralizantes, predominantes no meio social, os quais creditam aos gays e às lésbicas uma conduta imoral e subversiva. Bourdieu comenta sobre a dominação imposta sobre os homossexuais, os quais são colocados à margem da sociedade e assumem, involuntariamente, características estigmatizantes, oprimindo-os ainda mais:

A opressão como forma de “invisibilização” traduz uma recusa à existência legítima, pública, isto é, conhecida e reconhecida, sobretudo pelo Direito, e por

uma estigmatização que só aparece de forma realmente declarada quando o movimento reivindica a visibilidade. Alega-se, então, explicitamente, a “discrção” ou a dissimulação que ele é ordinariamente obrigado a se impor. (BOURDIEU, 2005, p. 143-44).

A ideologia dominante, através do seu discurso construído, partilhado e difundido, em níveis disciplinar e político, consegue manter uma ordem social que perpetua as desigualdades. Assim, é importante considerar a linguagem desse discurso como elemento fundamental da constituição da identidade; além da manutenção das relações sociais e de poder, afim de teorizar a respeito da construção social de sexo e de gênero. Nota-se, portanto, que o conceito de gênero está atrelado a um discurso hegemônico que postula a soberania masculina e, também, a heterossexualidade compulsória; reproduzindo, dessa forma, preceitos retrógrados que relegam mulheres e homossexuais à marginalidade.

A particularidade desta relação de dominação simbólica é que ela não está ligada aos signos sexuais visíveis, e sim à prática sexual. A definição dominante da forma legítima desta prática, vista como relação de dominação do princípio masculino (ativo, penetrante) sobre o princípio feminino (passivo, penetrado) implica o tabu da feminilização, sacrilégio do masculino, isto é, do princípio dominante, que está inscrito na relação homossexual. [...] os próprios homossexuais, embora sejam disso (tal como as mulheres) as primeiras vítimas, aplicam a si mesmos muitas vezes os princípios dominantes: tal como as lésbicas, eles não raro reproduzem, nos casais que formam, uma divisão de papéis masculino e feminino e levam por vezes a extremos a afirmação de virilidade em sua forma mais comum, sem dúvida em reação contra o estilo “efeminado” antes dominante. (BOURDIEU, 2005, p. 144).

O homossexual, inserido na cultura patriarcal, não se enquadra nos modelos estabelecidos, dificultando, pois, um entendimento de si no meio social ao qual está inserido. O binarismo instituído para conceituar sexo e gênero reproduz a ideologia fixada pela heterossexualidade compulsória e os discursos que infringem esse posicionamento impositivo subvertem às definições de gênero, recusando-se a aceitar o reducionismo conferido ao conceito pela cultura hegemônica. Sobre a dificuldade de inclusão do homossexual no conceito de gênero, Lúcia Facco (2004) disserta:

Temos também outras questões envolvidas, todas polêmicas e insolúveis. Uma das principais seria a eterna briga entre duas vertentes teóricas a respeito do homossexualismo, ou melhor, da “identidade homossexual”. A primeira diz que assumir-se homossexual é se inscrever em um discurso classificatório, incorporando a ideia de que o mundo é dividido em sistemas binários – homem/mulher, homossexual/heterossexual, masculino/feminino, ativo/passivo –, o que, por si só, é um reforço de questões como a de gênero. A outra vertente diz que se os homossexuais não se nomearem, a sociedade o fará, e da maneira que melhor

lhe convier, além do que não podem lutar por direitos civis se não existirem e só existem se estiverem insertos no discurso. São os dois lados da mesma moeda, uma faca de dois gumes. (FACCO, 2004, p. 51).

Segundo Foucault (1988), o poder, em sociedades como a nossa, é mais tolerante do que repressivo, visto que, nos últimos séculos, surgiram múltiplos discursos que permitiram falar sobre questões relacionadas ao sexo. Entretanto, o discurso acerca da sexualidade sempre esteve associado ao poder vigente e aqueles que estivessem em desacordo dele estariam submetidos à marginalidade ou, então, deveriam utilizar-se de recursos linguísticos que os aproximassem da normatização. Nesse sentido, Adelaide Calhman de Miranda, em seu ensaio intitulado *O Mapa da Morte na Literatura Homoerótica Brasileira Contemporânea*, discorre sobre o pensamento foucaultiano a respeito das relações entre poder e sexualidade:

A sexualidade talvez seja uma das mais difíceis representações a ser alijada do poder, porque tão intimamente ligada a ele. De fato, dentro do dispositivo da sexualidade, a sexualidade periférica estabelece arbitrariamente a fronteira do que é considerado normal, natural e saudável. Como consequência, qualquer alteração em sua representação implica necessariamente uma ruptura na ideologia dominante. [...] O resultado é o sofrimento e a exclusão de todos que não se encaixam no modelo hegemônico, estabelecido pela heterormatividade. (MIRANDA, 2008, p. 209-10).

A sexualidade não pode ser entendida como algo que possuímos naturalmente, como se fosse inerente ao ser humano, mas sim como uma construção socialmente estabelecida e codificada. Dessa forma, as identidades sexuais são moldadas pelas relações de poder de uma sociedade, sendo, então, uma invenção social, constituída historicamente, a partir de diversos discursos reguladores sobre o sexo. Foucault, em sua obra *História da Sexualidade*, entende a sexualidade como um dispositivo histórico, buscando demonstrar que as concepções acerca da mesma são mutáveis e se estruturam a partir de um conjunto de regras que conduzem a sociedade, funcionando, então, “de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder” (FOUCAULT, 1988, p. 117). Louro (2013) reitera o pensamento de Foucault ao afirmar que “gênero e sexualidade guardam a inconstância de tudo o que é histórico e cultural” (LOURO, 2013, p. 17); entretanto, também questiona as relações de poder quando diz:

Uma matriz heterossexual delimita os padrões a serem seguidos e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões. É uma referência a ela que se fazem não apenas os corpos que se conformam às regras de gênero e sexuais, mas também os corpos que as subvertem. (LOURO, 2013, p. 17).

Entendendo os problemas embutidos nas definições de sexo e de gênero, percebe-se, também, a dificuldade de homossexuais se inserirem nessas classificações. Todavia, novos discursos estão sendo criados para pensar sobre tais conceitos, redirecionando-os, a partir

da subversão à matriz heterossexual compulsória, afim de englobar quaisquer indivíduos sob os novos paradigmas da sociedade pós-moderna, a qual, ainda que estabeleça padrões normativos, assimila, também, a inserção de identidades subjetivas.

Na concepção pós-moderna, os indivíduos não possuem mais identidades fixas, sendo, então, definidos historicamente – e não biologicamente. Essa perspectiva, vigente atualmente, também agrega aos sistemas culturais a responsabilidade de padronizar a sociedade; porém, dá a possibilidade do indivíduo transitar entre as múltiplas identidades possíveis, com as quais se identifica, mesmo que momentaneamente, passando, desse modo, por um processo de fragmentação. Hall (2011) enfatiza que a sociedade atual é caracterizada pela diferença e, sendo assim, torna-se inviável pensar em uma unidade identitária, a qual abarque todos os tipos sociais existentes. Além disso, classificar os diferentes gêneros e propor um modo padronizado de agir e pensar também não se sustenta, visto que a identidade deve ser percebida como um processo em andamento, no qual é mais coerente falar de identificação, pois “a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros.” (HALL, 2011, p. 39)

Ao compreendermos o conceito de identificação proposto por Hall, podemos associá-lo à questão de gênero, pois percebemos que ambas definições são construídas socialmente, sendo estas, geralmente, produtos de discursos heteronormatizantes.

Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero. (BUTLER, 2013, p. 28).

Butler vai ao encontro das ideias propostas por Hall, entendendo que somente ao desnaturalizar gênero e sexo é que será possível problematizar a heterossexualidade – assim como a dominação masculina –, a qual é sustentada pelas relações de gênero que são intrinsecamente fundadas no binarismo de sexo e, assim, determinam as construções das identidades sociais sobre os corpos sexuados. A autora sinaliza, portanto, para a desconstrução das identidades fixas, propondo uma resignificação para as mesmas, a partir da crítica ao conservadorismo identitário, o qual aprisiona o conceito de sexo em uma natureza questionável e, assim, argumenta que se “o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma.” (BUTLER, 2013, p. 25)

Nessa perspectiva, o gênero é performático e múltiplo, identificando-se mais através de ações sociais e não como identidades totalitárias e permitindo, portanto, a desconstru-

ção da ilusória evidência do sexo biológico como demarcador dos limites identitários. Segundo a concepção butleriana, o sujeito construído legitima ou exclui determinadas ações, as quais passam a servir de modelos positivos ou negativos para o meio social no qual estão inseridos, isto é, o indivíduo está condicionado a desenvolver uma performance estabelecida socialmente para se adequar aos padrões vigentes e, assim, perde a sua identidade subjetiva. A ordem compulsória de sexo e de gênero institui um discurso culturalmente determinado, no qual a estabilidade da estrutura binária está assegurada, legitimando, portanto, a heterossexualidade compulsória e, conseqüentemente, excluindo os modelos desviantes que não se encaixam na padronização estabelecida.

A unidade proposta ao conceito de identidade reitera a determinação dos binarismos de sexo e de gênero e legitima o poder heteronormatizante. Entretanto, as reflexões sobre gênero, devido à sua complexidade, não devem se reduzir a essa normatização impositiva, visto que “uma coalização aberta afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um telos normativo e definidor.” (BUTLER, 2013, p. 37)

As convenções que legitimam a heteronormatividade se apoiam em um discurso regulador que naturaliza o regime de poder opressor, validando a superioridade do masculino/heterossexual perante às demais identidades e impondo esta normatização como uma “verdade” a ser seguida. Esta “verdade”, relacionada ao sexo e ao gênero, é produzida culturalmente e norteadas por práticas discursivas reguladoras, as quais oprimem as identidades desviantes e, sendo assim, de acordo com o sistema dominante, a construção identitária se restringe a esses conceitos, deixando de relacionar-se com outros, tais como o desejo, que podem agregar na identificação subjetiva do indivíduo. Desse modo, Butler aponta para a incoerência que a heteronormatização implica na construção de identidade:

A “unidade” do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória. A força dessa prática é, mediante um aparelho de produção excludente, restringir os significados relativos de “heterossexualidade”, “homossexualidade” e “bissexualidade”, bem como os lugares subversivos de sua convergência e re-significação. O fato de os regimes de poder do heterossexismo e do falocentrismo buscarem incrementar-se pela repetição constante de sua lógica, sua metafísica e suas ontologias naturalizadas não implica que a própria repetição deva ser interrompida – como se isso fosse possível. E se a repetição está fadada a persistir como mecanismo da reprodução cultural das identidades, daí emerge a questão crucial: que tipo de repetição subversiva poderia questionar a própria prática reguladora da identidade? (BUTLER, 2013, p. 57).

O questionamento proposto por Judith Butler vai ao encontro da proposta de David W. Foster (2009) para o entendimento de identidades subjetivas. O autor discute a instituição de identidades fixas, entendendo “la identidad como un proceso contante de construcción

y, por seguinte, la identidad como constructo variable y contingente”³ (FOSTER, s/d, p. 1). Baseando-se nos Estudos Culturais⁴ e, especificamente, nos Estudos Queer, Foster investiga, em seu ensaio *Hacia una Agenda para los Estudios Queer em el Siglo XXI*, a construção de identidade da seguinte forma:

Si una primera etapa de las investigaciones referentes a las identidades subjetivas se destinaba a conformar inventarios minoritarios – por implicación, cerrados y paralelos y por ende marginales a los grupos dominantes – uno entiende ahora que el impulso principal debería descansar, primero, en el repudio de la marginalidad y, segundo, en el imperativo de inquirir en la coherencia precaria del concepto de grupo dominante, con el propósito de dejar al descubierto lo que hay de arbitrariedad, incoherencia, imposición ideológica y mixtificación en la postulación del privilegio que detenta un grupo dominante. En una palabra, [...] ante el grado cero del heterosexismo, esgrimir los estudios queer como gesto de desconstrucción.⁵ (FOSTER, s/d, p. 2)

A partir do entendimento de que o conceito de gênero está atrelado a uma conduta heteronormativa, a qual dita os comportamentos aceitáveis – ou não – socialmente, é possível compreender os motivos que fazem as relações homoafetivas serem rotuladas como imorais e subversivas. Vistos como transgressores, tais relacionamentos são condicionados à marginalidade, pois destoam dos padrões sociais vigentes; construindo-se, então, sob discursos subentendidos, os quais são condicionados a uma invisibilidade impositiva.

Ao refletir acerca da temática homoerótica e a representação do conceito de gênero nas obras literárias analisadas, é possível perceber que os discursos produzidos vão ao encontro do contexto social ao qual estão inseridos e, conseqüentemente, entender os motivos que agregam ao assunto tanta segregação. Por não identificar-se com o modelo de identidade hegemônica, a homossexualidade subverte os padrões heteroculturais que norteiam a sociedade porque dissolve a relação binária de gênero, instituindo uma nova forma de pensar as questões identitárias e, portanto, causa estranhamento quando analisada sob a perspectiva heteronormativa. Linda Hutcheon analisa as questões de diferença de construção de identidade da seguinte forma:

A igualdade passou a ser entendida sobretudo em termos de norma, o que con-

3 “a identidade como um processo constante de construção e, por conseguinte, a identidade como construção variável e contingente.” (tradução nossa)

4 O foco deste estudo recai sobre questões culturais antes desprezadas, refletindo sobre as novas constituições de identidades sociais. Aliado à teoria queer, representa, portanto, as minorias sexuais em sua diversidade e multiplicidade, levando em consideração todos os tipos e concepções de sexualidade e criticando, também, o discurso hegemônico da cultura ocidental.

5 “Se a primeira fase das investigações sobre as identidades subjetivas estão destinadas a formar cúmulos de minorias – por implicação, fechados e paralelos e, portanto, marginalizados pelos grupos dominantes – agora se entende que o impulso principal deveria repousar, primeiro, no repúdio à marginalidade e, em segundo lugar, no imperativo para investigar a coerência precária do conceito de grupo dominante, afim de expor o que há de arbitrariedade, incoerência e imposição ideológica e a mistificação na postulação do privilégio que mantém o grupo dominante. Em uma palavra, ante o grau zero do heterossexismo, impor os estudos queer como gesto de desconstrução.” (tradução nossa)

dena irremediavelmente qualquer diferença a um estatuto de marginalidade e monstruosidade cuja mera existência se converte assim numa transgressão. Mais ainda, mostra como a sociedade burguesa não consegue pensar esses indivíduos marginalizados senão reduzindo-os artificialmente a coletividades, isto é, considerando-os única e exclusivamente, a partir do ponto de vista de sua negatividade frente à norma social. (HUTCHEON apud FACCO, 2004, p. 60-1)

A literatura homoerótica, nesse sentido, se alia à necessidade de pensar sobre as identidades não-hegemônicas, apresentando narrativas que discutem as relações entre pessoas do mesmo sexo e que permitem a análise da representação do gênero determinado e condicionado socialmente. Em outras palavras, a literatura homoerótica, da mesma forma que as teorias apresentadas anteriormente, reflete sobre a ressignificação do sujeito, entendendo a subjetividade como a forma adequada de estudar as questões identitárias.

Desse modo, percebendo a necessidade de questionar e desconstruir os conceitos impostos socialmente em relação ao sexo e ao gênero, a partir do modelo heteronormativo conferido pela sociedade patriarcal, a preocupação desse estudo focará na construção das identidades das personagens literárias que desenvolvem relacionamentos homoafetivos nas obras *Duas Iguais* (1998), de Cíntia Moscovich. A representação do gênero feminino na literatura homoerótica também desconstrói o binarismo de gênero imposto socialmente, visto que nas relações homoafetivas entre mulheres há uma dupla subversão ao padrão heteronormativo porque elas desestabilizam o sistema patriarcal, excluindo a figura masculina da relação. Nesse sentido, a homoafetividade feminina causa estranhamento na cultura hegemônica, sendo, por consequência, difícil de ser representada ficcionalmente, pois seu discurso não se adequa aos padrões heteronormativos. Em *Duas Iguais*, Cíntia Moscovich apresenta o relacionamento entre as personagens Clara e Ana, a partir de uma narrativa fragmentada e subentendida, sendo que esta dificuldade de narrar um relacionamento homoafetivo entre mulheres pode ser entendida a partir da impossibilidade de enquadrá-las sob padrões hetero ou homonormativos.

Não sabíamos o que fazer conosco, como lidar com a marcha de amor e de desejo. Havíamos decidido alimentar a primeira paixão de nossas vidas e evitávamos explicações porque havíamos aprendido que as explicações nos levavam para algo do qual tínhamos medo. Duas meninas lésbicas, era sempre o que concluíamos quando tentávamos descobrir o que nos acontecia; era isso a que estávamos reduzidas e não cabíamos em tão maldita redução. (MOSCOVICH, 2004, p. 41).

Este fragmento exemplifica a concepção de identidade subjetiva apresentada por Foster anteriormente e reitera a impossibilidade de unificar o conceito de identidade – tanto heterossexual quanto homossexual –, assim como a padronização do conceito de gênero. As personagens não se identificam como pertencentes à ideia de feminino e, tampouco, se entendem como homossexuais e, portanto, além de sofrerem com a marginalidade imposta socialmente, também, padecem por não se identificarem com nenhum padrão estabelecido.

Sob esse ponto de vista, percebe-se que a dificuldade de expressar o tema central da

trama – o relacionamento homoafetivo das personagens Clara e Ana – pode ser entendida a partir do estudo do contexto social no qual a narrativa está inserida. Evidencia-se, contudo, que o texto literário não deve ser entendido como um documento ou simples reflexo da realidade, mas as conexões com ela não podem ser negligenciadas. Consequentemente, é importante entender as relações do artista com o meio em que vive e, além disso, perceber as reflexões que a sociedade proporciona na obra literária e vice-versa. Assim, vale compreender como ocorrem as representações sociais no processo de produção literária, pois “percebe-se o movimento dialético que engloba a arte e a sociedade num vasto sistema solidário de influências recíprocas.” (CANDIDO, 2010, p. 34) Notamos que autor, obra e público exercem uma influência mútua; e, portanto, o escritor, quando constrói a sua narrativa, desempenha um papel social, visto que invoca o fator social “para explicar a estrutura da obra e o seu teor de ideias, fornecendo elementos para determinar a sua validade e o seu efeito sobre nós” (CANDIDO, 2010, p. 24)

A relação homoafetiva apresentada em *Duas Iguais* chama a atenção em um primeiro momento, mas, em uma leitura mais crítica, é possível perceber que se trata de uma história de amor. Wanessa dos Santos defende esta perspectiva em sua dissertação *Memória e palavra em Cíntia Moscovich*:

As personagens vivem uma história de amor como outra qualquer – idealizada, triste, profunda e visceral como são as histórias de amor da adolescência. Se à primeira vista é o amor homossexual o que diferencia *Duas Iguais* de um romance que desenvolve tramas de desencontros entre um homem e uma mulher, basta uma leitura mais aprofundada para encontrar o relato de um tema universal: a impossibilidade de realização configurada na dificuldade do ser humano de vivenciar os seus desejos. (SANTOS, 2010, p. 98).

Percebe-se, portanto, que a temática que norteia a novela é o amor, isto é, um tema universal, comum em inúmeras obras literárias. Entretanto, a história narrada por Cíntia Moscovich é complementada por uma relação homoerótica e, por isso, sua narrativa é densa, pois se baseia na parte emocional, a qual é difícil de ser exposta tanto na ficção quanto na realidade.

A forma como a narrativa progride, permite perceber a dificuldade que a narradora tem de expor a sua história e expressar seus sentimentos. Virgínia Leal analisa a narrativa da seguinte forma:

O discurso de Clara transforma-se de acordo com seus estados emocionais e físicos. Como se trata da rememoração de suas perdas amorosas, devido à morte de seu pai e da renúncia do amor de Ana, o seu discurso é denso, nostálgico e grave. (LEAL, 2007, p. 125).

A linguagem utilizada na novela confirma a percepção que essa não é uma história fácil de ser narrada. Com uma narrativa em 1ª pessoa, Clara expõe sua vida desde a adolescência e o sentimento que tem por Ana; porém, em algumas situações essa não parece ser

a sua história e há um distanciamento da narradora – momento em que a narrativa passa para a 3ª pessoa:

Finalmente, os acordes da marcha nupcial trovejaram pela sinagoga. Clara ergueu o queixo, arrumou o buquê entre as mãos. Deu um passo, o primeiro. Os convidados levantaram-se, provocando um pequeno tumulto. (MOSCOVICH, 2004, p. 124).

Ainda nesse assunto, Clara escreve sobre Ana (que mora em Paris) de uma forma que faz o leitor questionar se as situações estão acontecendo com a personagem ou se são fruto da imaginação da protagonista:

No momento em que eu te narro, chove em Paris. Sempre opressiva a chuva, e sempre essa inquietação. Um céu triste; tão triste o cinza, pensas. [...] Enches a chaleira com água, acendes um dos queimadores do fogão e, quando os vapores se desprendem em oscilações cor de malva, corres a desligar o fogão e a preparar café. (MOSCOVICH, 2004, p. 85).

Essa análise dos elementos internos do livro serve para ratificar o entendimento inicial do mesmo, no qual enfatizamos que o foco principal desta história é o amor e as dificuldades e inseguranças que a protagonista tem de assumi-lo. Cíntia Moscovich consegue, com maestria, construir uma história de amor fora dos padrões tradicionais “com elegância moral e artística, irreprochável delicadeza de sentimentos e a nobreza de abordagem no caso indispensável.” (MARTINS, 2010)

Nessa novela é possível perceber nitidamente a arte da agregação proposta por Candido, através da forma na qual é narrada, pois “incorpora-se a um sistema simbólico vigente, utilizando o que já está estabelecido como forma de expressão de determinada sociedade.” (CANDIDO, 2010, p. 33) A descrição do ato sexual entre Clara e Ana é mais fácil de ser exposta do que o envolvimento amoroso entre as personagens e, neste momento, nota-se a influência que o meio social exerce sobre a autora e, por conseguinte, na sua obra, pois um envolvimento amoroso entre pessoas do mesmo sexo é mais difícil de ser aceito pela sociedade do que uma simples relação sexual.

Em *Dois Iguais*, a relação homoerótica é vista como impossível, pois vai de encontro aos valores sociais apresentados na narrativa, os quais são reflexos da sociedade da época. O amor que existe entre as duas personagens não pode ser externado ao longo da narrativa, tornando-se, até mesmo, impronunciável.

Tem sido assim desde o princípio: a história dos meus dias, a história da minha vida, cada história que posso contar guarda em si outra história, inenarrável. Um tormento, porque tenho a esperança de que façam sentido as palavras e sentenças que vou justapondo – preto no branco, a trama visível –, mesmo que a mim mesma escapem o nexos da história que conto e o sentido daquela que não posso contar. [...] Eu queria contar uma história de amor. (MOSCOVICH, 2004, p. 11).

A narrativa desenvolvida nessa novela é construída sob tom grave e solene, sem nenhum coloquialismo e, desta forma, apresenta a história melancólica da protagonista Clara e todas as suas perdas amorosas. A dificuldade de conviver com as imposições do pai, a morte do patriarca, a separação e a morte de Ana contribuem para que esta seja uma história difícil de ser contada.

É possível verificar, então, sob uma análise mais profunda, que na obra estudada também há a presença de normas heterossexistas e que os conceitos impostos pela sociedade não permitem que os relacionamentos homossexuais se desenvolvam naturalmente. Em uma sociedade patriarcal, o estudo sobre as minorias é complicado, pois vem marcado por estereótipos e considerações que nem sempre são condizentes com a verdade. Desse modo, o desenvolvimento da narrativa se dá de maneira truncada, dificultando a definição de uma identidade subjetiva às personagens Clara e Ana, visto que as coíbe de suas condições sexuais, impondo uma aproximação aos padrões heteronormativos. A narrativa, pois, reforça as crenças hegemônicas, mantendo à marginalidade o relacionamento homoafetivo.

Para concluir, vale salientar que a literatura homoerótica não difere em temática ou estilo da literatura tradicional, a não ser porque narra relações envolvendo pessoas do mesmo sexo. Percebe-se, então, que nada tem de extraordinário para ser amplamente criticadas pela sociedade em geral. Assim, vale citar Adorno, o qual pensa que “a grandeza única da obra de arte é deixar falar o que a ideologia esconde” (apud BOSI, 2010), a fim de refletir a respeito do preconceito à homossexualidade, percebendo que a sociedade ainda impõe conceitos e definições para situações que, na prática, são semelhantes às consideradas “normais”. Os termos que se repetem neste estudo – homoafetividade, homoerotismo, etc – corroboram para a afirmação da heteronormatividade e vão ao encontro do pensamento que iniciou os Estudos Culturais.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. **Ideologia e Contraideologia: temas e variações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

FACCO, Lúcia. **As heroínas saem do armário: literatura lésbica contemporânea**. São Paulo: GLS, 2004.

FOSTER, David William. **Ensayos sobre culturas homoeróticas latinoamericanas**. Chih.: Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos. A difícil expressão do amor em Duas Iguais, de Cíntia Moscovich. In: DEALTRY, Giovanna (org.). **Alguma Prosa: Ensaios sobre Literatura Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: 7letras, 2007.

LOURO, Guacira. **O corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MIRANDA, Adelaide Calhman de. O mapa da morte na literatura homoerótica brasileira contemporânea. In: MIRANDA, Adelaide Calhman de [et al.]. **Protocolos Críticos**. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2008.

MOSCOVICH, Cíntia. **Duas Iguais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Wanessa Oliveira dos. **Memória e palavra em Cíntia Moscovich**. Rio de Janeiro: UFRJ/FL, 2010.